



Educar em Revista

ISSN: 0104-4060

educar@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Libâneo, José Carlos
Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas
Educar em Revista, núm. 17, 2001, pp. 3-26
Universidade Federal do Paraná
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155018328011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Artigos de demanda contínua

Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas

José Carlos Libâneo*

RESUMO

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, amplia-se a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas. Estamos diante de uma sociedade genuinamente pedagógica, conforme expressão de Beillerot. Nesses termos, minhas considerações neste artigo procuraram mostrar que a Pedagogia tem um papel fundamental na discussão dos rumos da educação brasileira, particularmente nesse momento de implantação da nova LDB.

Palavras-chave: Pedagogia, prática social, formação de professores, LDB.

Introdução: a sociedade pedagógica

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas. Estamos diante de uma sociedade genuinamente pedagógica.

* Universidade Católica de Goiás.

ca, conforme expressão de BEILLEROT (1985).

Apesar disso, a Pedagogia como campo de estudos específicos vive, hoje, no Brasil, um grande paradoxo. Por um lado, está em alta na sociedade. Nos meios profissionais, políticos, universitários, sindicais, empresariais, nos meios de comunicação, nos movimentos da sociedade civil, verificamos uma redescoberta da Pedagogia. Observamos uma movimentação na sociedade mostrando uma ampliação do campo do educativo com a consequente repercução no campo do pedagógico. Enquanto isso, essa mesma Pedagogia está em baixa entre intelectuais e profissionais do meio educacional, com uma forte tendência em identificá-la apenas com a docência, quando não para desqualificá-la como campo de saberes específicos. Os próprios pedagogos – falo especificamente dos que lidam com a educação escolar – parecem estar se escondendo de sua profissão ao não fazerem frente às investidas contra a Pedagogia e ao exercício profissional dos pedagogos especialistas, adotando uma atitude desinteressada frente à especificidade dos estudos pedagógicos e aos próprios conteúdos e processos que eles representam. Por razões ainda muito pouco esclarecidas, boa parte dos sociólogos da educação, psicólogos da educação, filósofos da educação, que têm seus empregos e suas pesquisas em faculdades de educação, vêm se mobilizando pela desativação dos estudos específicos da Pedagogia.

Entretanto, a sociedade atual é eminentemente pedagógica, ao ponto de ser chamada de sociedade do conhecimento. Vejamos alguns exemplos. Está se acentuando o poder pedagógico dos meios de comunicação: TV, imprensa, escrita, rádio, revistas, quadrinhos. A mídia se especializa em fazer cabeças, não apenas no campo econômico, político; especialmente no campo moral, vemos diariamente a veiculação de mensagens educativas, a disseminação de saberes e modos de agir através de programas, vinhetas e chamadas sobre educação ambiental, AIDS, drogas, saúde. Há práticas pedagógicas nos jornais, nas rádios, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos, revistas; na criação e elaboração de jogos, brinquedos; nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço. Há uma prática pedagógica nas academias de educação física, nos consultórios clínicos. Na esfera dos serviços públicos estatais, são disseminadas várias práticas pedagógicas de assistentes sociais, agentes de saúde, agentes de promoção social nas comunidades etc. São práticas tipicamente pedagógicas. Os programas sociais de medicina preventiva, informação sanitária, orientação sexual, recreação, cultivo do corpo, assim como práticas pedagógicas em presídios, hospitalares, projetos culturais são ampliados. Ano a

ano aumenta o número de congressos, simpósios, seminários. São desenvolvidas, em todo o lugar, iniciativas de formação continuada nas escolas, nas indústrias. As empresas reconhecem a necessidade de formação geral como requisito para enfrentamento da intelectualização do processo produtivo.

Considerando, ainda, os vínculos entre educação e economia, as mudanças recentes no capitalismo internacional colocam novas questões para a Pedagogia. O mundo assiste hoje à 3.^a *Revolução Industrial*, caracterizada pela internacionalização da economia, por inovações tecnológicas em vários campos, como a informática, a microeletrônica, a bioenergética. Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudança no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, o que acaba afetando o sistema de ensino. Não é casual que parcela do empresariado, surpreendentemente, esteja redescobrindo o papel da escola na formação geral, para além do interesse pela requalificação profissional. De fato, com a “intelectualização” do processo produtivo, o trabalhador não pode mais ser improvisado. São requeridas novas habilidades, mais capacidade de abstração, de atenção, um comportamento profissional mais flexível. Para tanto, a necessidade de formação geral se repõe, implicando reavaliação dos processos de aprendizagem, familiarização com os meios de comunicação e com a informática, desenvolvimento de competências comunicativas, de capacidades criativas para análise de situações novas e cambiantes, capacidade de pensar e agir com horizontes mais amplos. Estamos frente a exigências de formação de um novo educador.

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade.

Natureza e identidade da Pedagogia. O que é a Pedagogia, quem é o pedagogo?

A idéia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, é a de que Pedagogia é ensino, ou melhor, o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia para ensinar crianças. O pedagógico seria o metodológico, o modo de fazer, o

modo de ensinar a matéria. Trabalho pedagógico seria o trabalho de ensinar, de modo que o termo *pedagogia* estaria associado exclusivamente a ensino.

Há, de fato, uma tradição na história da formação de professores no Brasil segundo a qual pedagogo é alguém que ensina algo. Essa tradição teria se firmado no início da década de 30, com a influência tácita dos chamados “pioneiros da educação nova”, tomando o entendimento de que o curso de Pedagogia seria um curso de formação de professores para as séries iniciais da escolarização obrigatória. O raciocínio é simples: educação e ensino dizem respeito a crianças (inclusive porque “peda”, do termo pedagogia, é do grego “paidós”, que significa criança). Ora, ensino se dirige a crianças, então quem ensina para crianças é pedagogo. E para ser pedagogo, ensinador de crianças, é preciso fazer um curso de Pedagogia. Foi essa idéia que permaneceu e continua viva na experiência brasileira de formação de professores. Aliás, a aceitar esse raciocínio, não sabemos porque os cursos de licenciatura também não receberam a denominação de cursos de Pedagogia.

A idéia de conceber o curso de Pedagogia como formação de professores, a meu ver, é muito simplista e reducionista, é, digamos, uma idéia de senso comum. A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O didata alemão SCHIMIED-KOWARZIK (1983) chama a Pedagogia de ciência *da e para* a educação, portanto é a teoria e a prática da educação. Ela tem um caráter ao mesmo tempo explicativo, praxiológico e normativo da realidade educativa, pois investiga teoricamente o fenômeno educativo, formula orientações para a prática a partir da própria ação prática e propõe princípios e normas relacionados aos fins e meios da educação.

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que não podemos reduzir a educação ao

ensino e nem a Pedagogia aos métodos de ensino. Por consequência, se há uma diversidade de práticas educativas, há também várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação etc., além, é claro, da pedagogia escolar.

Podemos dizer, então, que a toda educação corresponde uma pedagogia. Mas o que entendemos sobre esse termo que denominamos educação ou prática educativa? *Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano.* A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal. Escreve a esse respeito o pedagogo alemão SCHMIED-KOWARZIK (1983):

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural e, ao mesmo tempo, cunhada socialmente da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais.

São esses processos formativos que constituem o objeto de estudo da Pedagogia. Mas esse conjunto de processos intervém através de quê? Basicamente através da comunicação e intercâmbio da experiência humana acumulada, isto é, dos saberes e modos de agir construídos pela humanidade. A educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação, mediante o qual favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que *o conteúdo dessa media-*

ção são os saberes e modos de ação, isto é, a cultura que vai se convertendo em patrimônio do ser humano.¹

É uma questão, pois, de entender a *pedagogia como prática cultural, forma de trabalho cultural, que envolve uma prática intencional de produção e internalização de significados*. É esse caráter de mediação cultural que explica as várias educação, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. Também daí decorrem as várias projeções do educativo em projetos nacionais, regionais, locais, que expressam intenções e ações logo materializadas nos currículos.

Mas há, ainda, um elemento importante do conceito de educação a ser destacado. A educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais. Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações. Isso significa que a Pedagogia lida com o fenômeno educativo enquanto expressão de interesses sociais em conflito na sociedade em que vivemos. É por isso que a Pedagogia expressa finalidades sociopolíticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa relacionada com um projeto de gestão social e política da sociedade. Dizer do caráter pedagógico, da prática educativa, é dizer que a

¹ É inevitável o reconhecimento de que a Pedagogia está associada à transmissão-apropriação de conhecimentos, mas é preciso dar a essa expressão um sentido bastante amplo. Daí a conveniência de entender os termos *conhecimentos* e *conteúdos* no sentido de *saberes*, saberes-conhecimentos, saberes-experiências, saberes-habilidades, saberes-valores. LERNER e SKATKIN (1984) destacam quatro elementos da cultura que precisam ser apropriados por todas as pessoas: 1) os conhecimentos sobre a natureza, a sociedade, o pensamento, a técnica e os modos (ou métodos) de atuação; 2) a experiência prática de colocar esses métodos em ação expressa em habilidades e hábitos intelectuais e práticos; 3) a experiência da atividade humana criadora na busca de soluções para novos problemas; 4) os conhecimentos avaliativos referentes às normas de relação com o mundo, de uns com os outros, expressos num sistema de valores morais, estéticos e emocionais; BEILLEROT (1985) escreve que a pedagogia e sobretudo a ação pedagógica é, “por um lado, a imposição [...] de um sentido cultural arbitrário e, por outro lado, uma prática, ou seja, um conjunto de comportamentos e ações conscientes e voluntárias de transmissão de saberes [...], por explicações que apelam à razão de uma ou mais pessoas, com a finalidade de (a) modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados [...]; (b) fazer e adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer face a situações conhecidas que se reproduzem com regularidade; (c) fazer agir.

Pedagogia, a par de sua característica de cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação em função da construção humana, implica, explicitamente, em objetivos éticos e em projetos políticos de gestão social.

Há, pois, duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo, a de ser uma prática social. No primeiro caso, sendo a educação uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade, ou seja, há sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. No segundo caso, a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte. Isso quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais. Sendo assim, ao investigar questões atinentes à formação humana e práticas educativas correspondentes, a Pedagogia começa perguntando que interesses estão por detrás das propostas educacionais. Precisamente por isso, a ação pedagógica dá uma direção, um rumo, às práticas educativas conforme esses interesses. *O processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente.*

Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Precisamente pelo fato de a prática educativa se desenvolver no seio de relações entre grupos e classes sociais é que é ressaltada a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo.

E o campo do didático? Na linguagem comum, é frequente a identificação entre o pedagógico e o didático, ou seja, falamos indistintamente de ações pedagógicas e ações didáticas. A meu ver, esses termos estão interrelacionados, mas não são sinônimos. O didático se refere especificamente à teoria e prática do ensino e aprendizagem, considerando o ensino como um tipo de prática educativa, vale dizer, uma modalidade de trabalho pedagógico. Dessa forma, o trabalho docente é pedagógico porque é uma atividade intencional, implicando uma direção (embora nem todo trabalho pedagógico seja trabalho docente). O que significa dizer que todo ensino supõe uma “pedagogização”, isto é, supõe uma direção pedagógica (intencio-

nal, consciente, organizada), de modo a converter as bases da ciência em matéria de ensino.²

Em resumo, a Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação. Ela visa o entendimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação.

A Pedagogia e as demais ciências da educação

A Pedagogia não é, certamente, a única área científica que tem a educação como objeto de estudo. Também a Sociologia, a Psicologia, a Economia e a Lingüística podem se ocupar de problemas educativos para além de seus próprios objetos de investigação e, nessa medida, os resultados de seus estudos são imprescindíveis para a compreensão do educativo. Entretanto, cada uma dessas ciências aborda o fenômeno educativo sob a perspectiva de seus próprios conceitos e métodos de investigação. É a Pedagogia que pode postular o educativo propriamente dito e ser ciência integradora dos aportes das demais áreas. O que não quer dizer, todavia, que ela, por isso, possa ocupar lugar hierarquicamente superior às demais.

A pedagogia, com isso, é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa

2 “Pedagogizar” a ciência a ser ensinada significa submeter os conteúdos científicos a objetivos explícitos de cunho ético, filosófico, político, que darão uma determinada direção (intencionalidade) ao trabalho com a disciplina e a formas organizadas do ensino. Nesse sentido, converter a ciência em matéria de ensino, é colocar parâmetros pedagógico-didáticos na docência da disciplina, ou seja, juntar os elementos lógico-científicos da disciplina com os político-ideológicos, éticos, psicopedagógicos e os propriamente didáticos. Isso quer dizer que para ensinar Matemática não basta ser um bom especialista em Matemática, é preciso que o professor agregue o pedagógico-didático, ou seja, que tenha em mente as seguintes indagações: que conteúdos da Matemática-ciência devem se constituir na Matemática-matéria de ensino, visando a formação dos alunos? A que objetivos sociopolíticos serve o conhecimento escolar da Matemática? Que representações, atitudes e convicções são formadas em cima do conhecimento matemático? Que habilidades, hábitos, métodos, modos de agir, ligados a essa matéria, podem auxiliar os alunos a agirem praticamente frente a situações concretas da vida? Que sequência de conteúdos é mais adequada à aprendizagem dos alunos, considerando sua idade, nível de escolarização, conceitos já disponíveis dos alunos etc.?

e sua contextualização, tais como o aluno enquanto sujeito do processo de socialização e aprendizagem, os agentes de formação (inclusive a escola e o professor), as situações concretas em que se dão os processos formativos (inclusive o ensino), o saber como objeto de transmissão/assimilação, o contexto socioinstitucional das instituições (inclusive as escolas e salas de aula). Resumidamente, o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorrem.

Essa problemática nenhuma das demais ciências trata especificamente. Quando um psicólogo investiga ou atua no campo educacional, ele aplica aí os conceitos e métodos da Psicologia e os resultados que obtém são de ordem psicológica (ESTRELA, 1992). O mesmo ocorre com a Sociologia, Economia etc. À Pedagogia cabe integrar os enfoques parciais dessas diversas ciências em função de uma aproximação global e intencionalmente dirigida aos problemas educativos.

O exercício profissional do pedagogo: somos muitos pedagogos

Quem, então, pode ser chamado de pedagogo? O *pedagogo* é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

Esse entendimento permite falar de três tipos de pedagogos: 1) pedagogos *lato sensu*, já que todos os profissionais se ocupam de domínios e problemas da prática educativa em suas várias manifestações e modalidades, são, genuinamente, pedagogos. São incluídos, aqui, os professores de todos os níveis e modalidades de ensino; 2) pedagogos *stricto sensu*, como aqueles especialistas que, sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional ao ensino, trabalham com atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições; 3) pedagogos *ocasionais*, que dedicam parte de seu tempo em atividades conexas à assimilação e reconstrução de uma diversidade de saberes.

O curso de Pedagogia se destina a formar o pedagogo-especialista, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, para atender demandas socioeducativas (de tipo formal, não-formal e informal) decorrentes de novas realidades, tais como novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação do lazer, mudanças nos ritmos de vida, sofisticação dos meios de comunicação. Além disso, informar as mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental, nos serviços de lazer e animação cultural, nos movimentos sociais, nos serviços para a terceira idade, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia, nos programas sociais, na televisão e na produção de vídeos e filmes, nas editoras, na educação especial, na requalificação profissional etc.

A caracterização de pedagogo-especialista é necessária para distingui-lo do profissional docente. Importa formalizar uma distinção entre trabalho pedagógico (atuação profissional em um amplo leque de práticas educativas) e trabalho docente (forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na escola). Caberia, também, entender que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas que nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente.

Fica claro, portanto, que há uma diversidade de práticas educativas na sociedade e, em todas elas, desde que se configurem como intencionais, está presente a ação pedagógica. A contemporaneidade mostra uma “sociedade pedagógica”, revelando amplos campos de atuação pedagógica. A partir de indicações de BEILLEROT (1985), podemos definir para o pedagogo duas esferas de ação educativa: escolar e extra-escolar.

No campo da ação pedagógica escolar, há três tipos de atividades que se distinguem:

- a) a de professores do ensino público e privado, de todos os níveis de ensino e dos que exercem atividades correlatas fora da escola convencional;
- b) a de especialistas da ação educativa escolar operando nos níveis centrais, intermediários e locais dos sistemas de ensino (supervisores pedagógicos, gestores, administradores escolares, planejadores, coordenadores, orientadores educacionais etc.);
- c) especialistas em atividades pedagógicas paraescolares atuando em órgãos públicos, privados e públicos não-estatais, envolvendo associações populares, educação de adultos, clínicas de orientação pedagógica/psicológica, entidades de recuperação de portadores de necessidades especiais etc. (instrutores, técnicos, animadores, consultores, orientadores, clínicos, psicopedagogos etc.).

No campo da ação pedagógica extra-escolar, há profissionais que exer-

cem sistematicamente atividades pedagógicas e os que ocupam apenas parte de seu tempo nessas atividades:

- a) formadores, animadores, instrutores, organizadores, técnicos, consultores, orientadores, que desenvolvem atividades pedagógicas (não-escolares), em órgãos públicos, privados e públicos não-estatais, ligadas às empresas, à cultura, aos serviços de saúde, alimentação, promoção social etc.;
- b) formadores ocasionais, que ocupam parte de seu tempo em atividades pedagógicas, em órgãos públicos estatais, não-estatais e empresas, referentes à transmissão de saberes e técnicas ligados a outra atividade profissional especializada. Falo, por exemplo, de engenheiros, supervisores de trabalho, técnicos etc., que dedicam boa parte de seu tempo a supervisionar ou ensinar trabalhadores no local de trabalho, orientar estagiários etc. Nessa categoria, são incluídos trabalhadores sociais, monitores e instrutores de recreação e educação física, bem como profissionais das mais diversas áreas, nas quais ocorre algum tipo de atividade pedagógica, tais como: administradores de pessoal, redatores de jornais e revistas, comunicadores sociais e apresentadores de programas de rádio e TV, criadores de programas de TV, de vídeos educativos, de jogos e brinquedos, elaboradores de guias urbanos e turísticos, mapas, folhetos informativos, agentes de difusão cultural e científica etc.

O campo da atividade pedagógica extra-escolar é extenso. Poderíamos incluir no item da educação extra-escolar toda a gama de agentes pedagógicos que atuam no âmbito da vida privada e social: pais, parentes, trabalhadores voluntários em partidos políticos, sindicatos, associações, centros de lazer etc.

Obviamente, não cabe imaginar que um curso de Pedagogia venha a incluir a formação de todos os profissionais mencionados. Por exemplo, várias categorias de profissionais do segundo grupo são pedagogos apenas em sentido amplo (podemos dizer que realizam uma atividade de cunho pedagógico). Em todo caso, poderíamos prever para esses “formadores ocasionais” formas também ocasionais de suprimento de capacitação profissional, tais como cursos de aperfeiçoamento ou atualização dentro, talvez, de atividades de extensão universitária. O mesmo pode ser dito em relação à formação de agentes pedagógicos que atuam na vida privada e social (cursos para pais, cursos de costura, culinária, línguas etc.).

A formação dos pedagogos

Tudo o que vimos dizendo até aqui nos leva a afirmar que os legítimos profissionais da educação são pedagogos, uns especialistas outros docentes. Esses profissionais da educação devem ser formados, predominantemente, nas atuais Faculdades de Educação, que oferecerão curso de Pedagogia para atividades escolares e extra-escolares, cursos de formação de professores para toda a Educação Básica, programa especial de formação pedagógica e programas de educação continuada.

O curso de Pedagogia será destinado à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional, como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não-escolares.

Os cursos de formação de professores e os programas mencionados, abrangendo todos os níveis da Educação Básica, serão realizados num *Centro de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento Profissional de Professores – CFPD*, que integrará a estrutura organizacional das Faculdades de Educação e se destinará à formação de professores para a Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

O curso de Pedagogia e a formação de pedagogos.

O termo *pedagogia* se aplica ao campo teórico-investigativo da educação (em conexão com as demais ciências da educação) e ao campo técnico-profissional de formação do profissional não diretamente docente e, o de “pedagogo”, ao profissional formado nesse curso. É dissolvida, assim, a designação *pedagogia* para identificar o curso de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, postulando a regulamentação do curso de Pedagogia destinado a oferecer formação teórica, científica e técnica para interessados em aprofundamento na teoria pedagógica, na pesquisa pedagógica e no exercício de atividades pedagógicas específicas – planejamento de políticas educacionais, gestão do sistema de ensino e das escolas.

Proponho que os profissionais da educação formados pelo curso de Pedagogia venham a atuar em vários campos sociais da educação, decorrentes de novas necessidades e demandas sociais a serem regulados profissionalmente. Tais campos são: as escolas e os sistemas escolares; os movimentos sociais; as diversas mídias, incluindo o campo editorial; a áreas da saúde; as empresas; os sindicatos e outros que se fizerem necessários. Em todos esses

campos de exercício profissional, desenvolverá funções de formulação e gestão de políticas educacionais; organização e gestão de sistemas de ensino e de escolas; planejamento, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos educacionais, relativos às diferentes faixas etárias (criança, jovens, adultos, terceira idade); formação de professores; assistência pedagógico-didática a professores e alunos; avaliação educacional; pedagogia empresarial; animação cultural; produção e comunicação nas mídias; produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional e outros campos de atividade educacional, inclusive os não-escolares.

Portanto, a formação dos profissionais da educação deve contemplar a preparação daqueles profissionais da área educacional demandados pela sociedade brasileira, em sua configuração atual, para atuarem na organização e na gestão de todos os segmentos do sistema nacional de ensino. Com igual insistência, é também necessária a formação de estudiosos que se dediquem à construção do conhecimento científico na área, uma vez que a educação também é considerada como um campo teórico-investigativo e que a produção desse conhecimento é requisito fundante de toda formação técnica e docente. Assim, a formação do profissional da educação é vista sob uma tríplice perspectiva: visa formar um profissional que possa atuar como docente(atual licenciado), como especialista (detentor das atuais habilidades) e como pesquisador (o atual bacharel, como essa modalidade tem sido mantida).

É destacada, nesse quadro, a formação de profissionais da educação para atuar em contextos não-escolares. É acentuada a consciência atual da importância e da necessidade da intervenção participante e eficaz desses profissionais no âmbito das práticas socioculturais desenvolvidas, tendo em vista que processos pedagógicos informais estão sempre implícitos nas práticas, efetivadas no plano coletivo e comunitário. Assim, desde as iniciativas de programas de educação popular, dirigidos aos mais heterogêneos segmentos da população não formalmente escolarizada, até as propostas de intervenção pedagógica nas atividades de cunho cultural, desenvolvidas pelos novos e sofisticados meios de comunicação de massa, passando pela necessária liderança nos diversos movimentos sociais, a presença e a participação de profissionais da educação se fazem relevantes e imprescindíveis. Até hoje, a preparação formal e sistematizada de agentes e lideranças culturais que se especializassem no exercício de funções pedagógicas nesses ambientes não-escolares não recebeu a devida atenção, levando em conta sua importância como mediadores da educabilidade, necessária e capilarmente presente mesmo no processo informal de consolidação de uma cultura que seja articulada com uma proposta de construção da cidadania. Assim, é reivindicada, com toda a

legitimidade, a presença atuante de profissionais dotados de capacitação pedagógica para atuarem nas mais diversas instituições e ambientes da comunidade: nos movimentos sociais, nos meios de comunicação de massa, nas empresas, nos hospitais, nos presídios, nos projetos culturais e nos programas comunitários de melhoria da qualidade de vida. Essa participação pedagógica também exige preparação prévia, sistemática e qualificada.

O Centro de Formação de Professores nas Faculdades de Educação

O *Centro de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento Profissional de Professores* terá quatro objetivos: a) formação e preparação profissional de professores para atuarem na Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental (1.^a a 8.^a séries) e Ensino Médio; b) desenvolver, em colaboração com outras instituições (Estado, Sindicatos etc.), a formação contínua e o desenvolvimento profissional dos professores; c) realizar pesquisas na área de formação e desenvolvimento profissional de professores; d) preparação profissional de professores que atuam no Ensino Superior. Esses objetivos configuram um projeto pedagógico próprio para a formação e o desenvolvimento profissional de professores.

A inserção na estrutura das Faculdades de Educação do *CFPD* pretende ser uma virada de rumo na formação de professores. É preciso uma mudança radical nas formas institucionais e curriculares de formação de professores, superando o atual esquema do bacharelado e da licenciatura, que não respondem mais às necessidades prementes de qualificação profissional para um tempo novo. Centrar a formação de professores numa instituição modelar como as Faculdades de Educação e atribuir-lhe a responsabilidade de concatenar, no âmbito das universidades, as políticas e planos de formação de professores em estreita articulação com os institutos, faculdades ou departamentos das áreas específicas pode ser a garantia não apenas de melhoria da qualidade da formação, mas de assegurar a profissionalidade do professorado, de modo a que se configure sua identidade e estatuto profissional.

A institucionalização do *CFPD* possibilita a incorporação dos princípios que os educadores construíram ao longo dos últimos anos em seus movimentos, encontros, pesquisas e debates, tais como:

- a) instituição de uma escola específica para a formação de professores, voltada para a profissionalidade docente, o desenvolvimento profissional e construção da identidade de professor;
- b) reconhecimento de que a identidade profissional do professor se constitui da dimensão epistemológica e profissional. A epistemológica compreende a docência como confluência de quatro campos de co-

nhecimentos específicos (conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, conteúdos pedagógico-didáticos, conteúdos de saberes pedagógicos mais amplos, conteúdos relacionados com o sentido da existência humana). A profissional compreende um campo específico de intervenção profissional na prática social;

- c) indissociabilidade entre teoria e prática, entendendo que o curso de formação e as escolas são espaços de formação teórica e prática, observando um regime pelo qual os estudantes alternam períodos de permanência nas escolas e na universidade;
- d) compreensão da pesquisa como componente essencial da/na formação, de modo que a pesquisa da prática se constitua como princípio formativo e princípio cognitivo, além de objeto de reflexão/formação;
- e) permanência dos graduandos nas escolas, em atividades de estágio, com a finalidade de promover a observação, experimentos e análises das situações de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de atividades que propiciem a reflexão, a discussão teórica e a elaboração de hipóteses, o exercício da docência;
- f) instituição de formas de trabalho coletivo e interdisciplinar;
- g) visão de totalidade do processo escolar/educacional, compromisso social e ético (trabalho docente como profissão pública).

Os desafios contemporâneos da Pedagogia: inquietações e buscas

A discussão sobre a Pedagogia, a formação do pedagogo, da mesma forma que os cursos de formação de professores para o ensino fundamental e médio, persiste em impasse. Como eu dizia no inicio, a Pedagogia, no Brasil, vive um grande paradoxo: enquanto é verificada uma intensa pedagogização da sociedade com o impacto das inovações tecnológicas, da informática, dos meios de comunicação, da difusão cultural e científica e da propaganda; no meio educacional, ela se encontra no descrédito, assim como a atividade docente.

Conforme mencionado anteriormente, a Pedagogia como campo científico foi perdendo prestígio e espaço acadêmico com o movimento da educação nova a partir dos anos 20 e, mais tarde, com o tecnicismo educacional, depois com a onda crítico-reprodutivista dos anos 70-80. Mais recentemente,

a carga de contestação vem do chamado pensamento pós-moderno, uma vez que a Pedagogia se constituiu dentro do mundo “moderno” e representa ainda o ideário iluminista. É nosso entendimento que, de fato, a condição pós-moderna põe à educação desafios bastante concretos. Ao mesmo tempo, pensamos que a Pedagogia, herdeira dos ideais da modernidade, precisa continuar postulando seus ideais numa perspectiva crítica, todavia “no interior das condições de existência do mundo pós-moderno e não em oposição a elas” (GIROUX, 1993).

Nessa perspectiva, quais são os desafios e buscas postos presentemente à Pedagogia? Destaco, em seguida, alguns pontos que precisam se constituir em projetos de investigação:

1) Reafirmar a educação como capacitação para a autodeterminação racional, pela formação da razão crítica.

A Pedagogia precisa reafirmar seu compromisso com a razão, com a busca da emancipação, da autonomia, da liberdade intelectual e política. O pensamento pós-moderno critica a possibilidade dessa busca de autonomia no mundo contemporâneo. Há restrições à autonomia do sujeito face às relações de poder, à vigilância das ações individuais, à burocratização, à racionalidade instrumental, à subjugação da subjetividade. Todavia, uma Pedagogia para a emancipação precisa continuar apostando na possibilidade de desenvolvimento de uma razão crítica precisamente como condição para desvelar as restrições à autonomia no contexto do mundo moderno.

A essa idéia de sujeito que pode se autodeterminar, é necessário sustentar a exigência de uma cultura geral para todos. Ou seja, racionalidade, autodeterminação e liberdade intelectual e política não procedem do sujeito individual, mas são objetivações de uma atividade cultural humana prévia, expressa em conhecimentos, modos de ação e numa prática educativa válida para todos os homens. Vem daí a força do termo educação geral ou formação geral para todos. Em síntese: diz respeito a de uma educação para todos, para desenvolvimento da capacidade de autodeterminação, com base nas objetivações históricas da humanidade e das possibilidades de progresso.

2) Redefinir o conceito de qualidade democrática numa pedagogia emancipatória

Na ótica neoliberal, qualidade da educação tem significado o provimento das condições para que os indivíduos sejam preparados para o enfrentamento da competitividade internacional. Para isso, há o investimento nos processos

de gestão do sistema e das escolas através de novos padrões de gerenciamento (novas práticas administrativas, uso da informática, aferição de resultados da aprendizagem, compatibilidade entre o processo de trabalho na escola e os novos padrões de produção e consumo (mercado), autonomia das unidades escolares etc.).

Na busca da qualidade democrática, o paradigma economicista-empresarial resolve pouco. A escola não é uma empresa, o aluno não é um cliente e nem meramente um consumidor. A qualidade é um conceito implícito aos processos formativos e ao ensino, implica educação geral onilateral, voltada para a cidadania, para a formação de valores, para a valorização da vida humana em toda as suas dimensões. Isso não leva a educação escolar a se eximir do seu contexto político e econômico, nem sequer de suas responsabilidades de preparação para o trabalho, mas, também, não pode estar subordinada e a serviço exclusivo do modelo econômico.

Educação de qualidade é aquela em que a escola promove *para todos* o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania (inclusive como poder de participação), tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A articulação da escola com o mundo do trabalho se torna a possibilidade de realização da cidadania, por meio da internalização de conhecimentos, habilidades técnicas, novas formas de solidariedade social, vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização da sociedade.

Para isso, é preciso que os sistemas de ensino e as escolas prestem mais atenção à qualidade cognitiva das aprendizagens, colocando essa exigência como foco central da gestão escolar e do projeto pedagógico. Não adianta defender a gestão democrática das escolas, eleições para diretor, aquisição de novas tecnologias etc. se os alunos continuam sendo reprovados, tendo um baixíssimo rendimento escolar ou níveis insatisfatórios de aprendizagem. Se o aluno não aprendeu bem, se as crianças continuam repetindo, a escola não vem servindo para nada. A democratização da sociedade e a inserção dos alunos no mundo da produção supõem um ensino fundamental como necessidade imperativa de proporcionar às crianças e jovens os meios cognitivos e operacionais que atendam tanto às necessidades pessoais como às econômicas e sociais.

3) Articular a vida da escola com o mundo social, mundo informacional e mundo comunicacional, tornando a escola um “espaço de síntese”

No mundo das novas tecnologias da comunicação e informação, a escola continua cumprindo funções que não são providas por nenhuma outra instituição. Como já disse alguém, *o que está errado com a educação não é possível ser corrigido pela tecnologia*. Além de suas funções de provimento da formação geral, capacidade de ler, escrever e formação científica básica e estética, é preciso pensar a escola se convertendo num “espaço de síntese”, configurando-se como “espaço de espaços” (Cf. COLOM CAÑELLAS, 1994).

Quero propor uma escola como lugar de síntese entre a cultura experienciada, que acontece numa cidade, nos meios de comunicação e muitos outros aportes culturais, e a cultura formal. Em parte, a escola de hoje já é um espaço de síntese, mesmo que muitos professores mal se dêem conta disso. Em muitos lugares e escolas, o impacto de uma sociedade culturalizada pela informação das multimídias, especialmente a TV, já é fortemente sentido. É visível a presença das NTCI nas residências e nos afazeres cotidianos, como também a multiplicação de instituições cívicas e sociais, políticas e culturais, que põem em prática planos e programas de cultura participativa em nível comunitário, nos quais as ruas e praças, museus, teatros etc. vão sendo utilizados para desenvolver estratégias de intervenção educativa e obter uma culturalização ativa, não determinada, livre, experienciada, que também aporta toda uma série de valores muito positivos.

Ver a escola como “espaço de síntese” é considerá-la como lugar onde os alunos aprendem a razão crítica para poderem atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias e formas de intervenção educativa urbana. A escola deve ir se tornando uma estrutura possibilitadora de atribuição de significados à informação, propiciando aos alunos os meios de buscá-la, analisá-la, para lhe darem significado pessoal. Várias pesquisas têm mostrado a fragmentação dos programas de TV e propaganda que propiciam uma cultura em mosaico. É à escola que cabe prover as condições cognitivas e afetivas para o aluno poder reordenar e reestruturar essa cultura (COLOM CAÑELLAS, 1994), através de mediações relacionais e cognitivas em que se destaca o lugar do professor. O valor da aprendizagem escolar está, precisamente, em introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência, através de mediações cognitivas e inter-relacionais que supõem a relação docente.

Convém destacar também que a escola é ainda a chance de acesso ao mundo do conhecimento, para fazer frente ao mundo da informação. Informação e conhecimento são termos que andam juntos, mas não se equivalem. O avanço tecnológico criou as novas tecnologias da comunicação e da informação, provocando uma reviravolta nos modos mais convencionais de

educar e ensinar. Entretanto, *a informação é um caminho de acesso ao conhecimento, é um instrumento de aquisição de conhecimento, mas, por si só, não propicia o saber*. Ela precisa ser analisada, interpretada, retrabalhada, e isso é tarefa do trabalho com o conhecimento. É a apropriação do conhecimento, dos conceitos, das categorias que possibilita a leitura crítica da informação, caminho para a liberdade intelectual e política.

4) Repensar os processos de ensino e aprendizagem na sociedade do conhecimento e da informação

Há uma efetiva transformação na concepção de conhecimento, em decorrência da crise de paradigmas das ciências, das inovações tecnológicas e comunicacionais. Para essa nova racionalidade, é preciso reavaliar a investigação sobre ensino e aprendizagem. Ante o paradigma tecnicista do aprender a fazer, aprender a usar (conhecimento como operacionalização) e aprender a comunicar, é necessário de fortalecer a investigação sobre os processos cognitivos, em que seja destacado o movimento do ensinar a pensar. Das escolas e dos professores, está sendo requerida a ajuda aos alunos no desenvolvimento da qualidade do pensar, de habilidades e estratégias de pensamento autônomo, crítico e criativo.

5) Repensar os processos de gestão da escola, construir coletivamente a autonomia da escola e o projeto pedagógico

A autonomia da escola é o contraponto da centralização da gestão do sistema escolar, que retira das escolas, dos professores, pais e especialistas o poder de iniciativa e decisão. Implica uma organização escolar que supera a visão verticalizada do sistema de ensino, de modo que as escolas possam traçar seu próprio caminho. Essa é a idéia de suporte do projeto pedagógico.

A autonomia das escolas depende de uma reconfiguração das práticas de gestão e dos processos de tomada de decisões. As formas de administração estão, ainda, carregadas de práticas autoritárias, centralizadoras. Mas, ao serem criticadas essas práticas, foi perdido o entendimento de que a gestão implicava modos de fazer e agir e não apenas ações políticas. Ou seja, foi perdido o equilíbrio entre o lado político e o lado técnico das práticas de gestão. A participação de todos os membros da escola nos processos decisórios não exclui a necessidade de planejar, de administrar, de coordenar o trabalho das pessoas, de fazer o acompanhamento e a avaliação sistemática do trabalho escolar. Autonomia e participação não podem servir para deixar as escolas ao abandono, funcionando às cegas. Por essa razão, é fundamental que a investigação pedagógica se dedique a estudos sobre o tema da gestão das escolas.

6) Formação e profissionalização dos professores

A atividade essencial de uma escola é assegurar a relação cognitiva do aluno com a matéria, ou seja, a aprendizagem dos alunos, com a ajuda pedagógica do professor. O professor é o mediador desse encontro do aluno com os objetos de conhecimento. O professor introduz os alunos no mundo da ciência, da linguagem, para ajudar o aluno a desenvolver seu pensamento, suas habilidades, suas atitudes. Sem professor competente no domínio das matérias que ensina, nos métodos, nos procedimentos de ensino, não é possível a existência de aprendizagens duradouras. Se é preciso que o aluno domine solidamente os conteúdos, o professor precisa ter, ele próprio, esse domínio. Se os alunos precisam desenvolver o hábito do raciocínio científico, que tenham autonomia de pensamento, o mesmo se requer do professor. Se queremos alunos capazes de fazer uma leitura crítica da realidade, o mesmo se exige do professor. Se quisermos lutar pela qualidade da oferta dos serviços escolares e pela qualidade dos resultados do ensino, é preciso investir mais na pesquisa sobre formação de professores.

7) Assegurar uma vinculação mais estreita da Pedagogia com a Ética

É certo que as práticas educativas não suportam mais certezas absolutizadas, mas é impossível à Pedagogia ceder ao relativismo ético. No âmbito da atividade pedagógica, marcos teóricos e morais são cruciais, pois, a todo momento, são requeridas opções sobre o destino humano, tipo de sujeitos a formar, o futuro da sociedade humana. A Pedagogia, do mesmo modo que outras ciências práticas como a Ética e a Política, realiza atividades envolvendo relações entre pessoas e grupos sociais, de modo que carrega consigo uma intencionalidade voltada para finalidades formativas, implicando um comprometimento moral de seus agentes. Se é verdade que os caminhos da formação humana são hoje mais espinhosos, entre outras razões porque não dispomos de tantas certezas como em outros tempos, por outro lado, não há motivos sólidos para renunciar à necessidade de formar sujeitos racionais mediante a valorização da razão crítica, o resgate do sentido da busca da autonomia e a afirmação de uma ciência não absolutizada conectada ao contexto social e cultural.

8) Um reforço da formação teórica dos pedagogos, num Curso de Pedagogia

O mundo contemporâneo não apenas se apresenta como sociedade pedagógica como pede ações pedagógicas mais definidas, implicando uma capacitação teórica e profissional de pedagogos e professores muito além

daquela que apresentam hoje. Diferentemente de filósofos, sociólogos, historiadores da educação (que hoje, aliás, são maioria nas faculdades de educação), pedagogos e professores exercem uma atividade genuinamente prática, implicando capacidade de decisão, conhecimentos operativos e compromissos éticos. A inserção do pedagogo na condição pós-moderna os obriga a uma abertura científica e tecnológica, de modo a desenvolver uma prática investigativa e profissional interdisciplinar. Precisamente porque a Pedagogia envolve trabalho com uma realidade complexa, é necessário que invista na explicitação da natureza do seu objeto, no refinamento de seus instrumentos de investigação, na incorporação dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos e que se insira na gama de práticas e movimentos sociais de cunho intercultural e transnacional, referentes à luta pela justiça, pela solidariedade, pela paz e pela vida.

Para o enfrentamento de exigências colocadas pelo mundo contemporâneo, são requeridos dos educadores novos objetivos, novas habilidades cognitivas, mais capacidade de pensamento abstrato e flexibilidade de raciocínio, capacidade de percepção de mudanças. Portanto, é clara a necessidade de formação geral e profissional implicando o repensar dos processos de aprendizagem e das formas do aprender a aprender, a familiarização com os meios de comunicação e o domínio da linguagem informacional, o desenvolvimento de competências comunicativas e capacidades criativas para análise de situações novas e cambiantes.

9) A afirmação da especificidade do campo teórico-prático da Pedagogia

A síntese interdisciplinar, mencionada anteriormente, é apenas um passo prévio para definir o que é próprio da Pedagogia, ou seja, investigação da realidade educativa, visando, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, a explicitação de objetivos e formas de intervenção metodológica e organizativa relacionados com a transmissão/assimilação ativa de saberes. Está ressaltada aí a intencionalidade educativa própria de toda prática social, pois a Pedagogia envolve intervenção humana e, portanto, um comprometimento moral de quem a realiza. É mediante esse caráter ético-normativo que ela pode formular princípios e diretrizes que dão coerência à contribuição das ciências da educação quando estas colocam a ação educativa como referência para suas investigações. Esse papel não pode ser atribuído a qualquer uma das ciências da educação indiscriminadamente, embora todas possam dar sua contribuição no limite de suas peculiaridades. Além disso, a intencionalidade da prática educativa tem implicações diretas no posicionamento crítico do educador, que representa o elo fundamental no processo de formação cultural e científica das novas gerações.

O esclarecimento cada vez mais buscado do campo próprio da Pedagogia é requerido, também, por causa da amplitude e complexidade que vão assumindo as práticas educativas na sociedade globalizada, pelo que vão surgindo outras instâncias e agentes do processo educativo. Com isso, vão se abrindo campos de atuação profissional do pedagogo, nos âmbitos escolar e extra-escolar, antes impensáveis.

Portanto, é essencialmente necessária a reconstrução da Pedagogia e a ampliação do campo de ação profissional do pedagogo (especialista em educação), paralelamente a um expressivo esforço de organização de um sistema nacional de formação inicial e continuada de professores para o Ensino Fundamental e Médio, tal como vem sendo pensado em países europeus e alguns latino-americanos. O desenvolvimento da ciência pedagógica e a reflexão teórica sobre a problemática educativa na sua multidimensionalidade, entretanto, seria o pressuposto para a reconfiguração da identidade profissional dos professores, para além de sua especialização na ciência/materia de ensino em que deve ser formado. Há, assim, evidências de que a Pedagogia, juntamente com o curso de formação profissional que lhe corresponde, não só não esgotou suas possibilidades de investigação teórica como tem pela frente grandes tarefas sociopolíticas.

CONCLUSÃO

Minhas considerações procuraram mostrar que a Pedagogia, tal como a entendo, passa por muitas inquietações. Eu penso que estamos numa encruzilhada. Ou deixamos tudo como está ou aproveitamos a oportunidade de implantação da nova LDB para dar um salto de qualidade na formação profissional dos educadores. Estamos frente a novas realidades sociais desafiadoras. A sociedade contemporânea, ao mesmo tempo que se globaliza, que cria novos patamares de progresso material, amplia também a exclusão social. Nosso desafio é uma escola inclidente. Mas também uma escola atual, ligada no mundo econômico, político, cultural. A luta contra a exclusão social e por uma sociedade justa, uma sociedade que inclua todos, passa fundamentalmente pela escola, passa pelo nosso trabalho de professores.

Para isso, são necessários pedagogos. Pedagogos para vários campos educacionais. Mas principalmente pedagogos escolares, com competência para coordenar e fazer funcionar uma escola interdisciplinar, coletiva, propondo e

gerindo o projeto pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liderando a inovação. Um pedagogo escolar que saiba fazer essa produção da teoria e da prática através da própria ação pedagógica. Um pedagogo que torne a organização escolar um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual os professores refletem, pensam, analisam, criam novas práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas.

Também precisamos imensamente de professores bem preparados, eticamente comprometidos, que tenham um envolvimento no projeto da escola e na execução e avaliação desse projeto. Isso depende, em boa parte, de uma *recuperação da significação social da atividade do professor, ou seja, da identidade profissional do professor*. O nosso dia de trabalho como professores será um sofrimento, um tormento, uma frustração se nós perdermos, para a sociedade e para nós mesmos, o significado do nosso trabalho, nosso papel social, nossa identidade. Se o professor perder o significado do seu trabalho, ele perde a identidade da sua profissão e, perdendo isso, ele perde um pedaço importante da sua existência, que é o trabalho cotidiano e, mais que isso, a sua dignidade de pessoa.

Considero que um passo positivo para o desenvolvimento profissional e a conquista da identidade profissional é a assunção da gestão do cotidiano da escola por professores e pedagogos, ligando o projeto pedagógico, o sistema de gestão, o processo de ensino e aprendizagem e a avaliação. Com isso, teremos uma organização preocupada com a formação continuada, com a discussão conjunta dos problemas da escola, discussão que é de natureza organizacional, mas principalmente pedagógica, psicopedagógica e didática.

Não vamos esmorecer. O capitalismo não morreu, continua sendo um sistema econômico que mantém privilégios, desigualdades, que aumenta os excluídos. Ao menos na nossa parte, não vamos permitir que, nas nossas mãos, crianças e jovens sejam excluídos. Para isso, é preciso nos concretizarmos da importância de dar mais qualidade ao nosso trabalho, de estudar mais e permanentemente, de garantir uma sólida aprendizagem dos conhecimentos por todos os nossos alunos.

Ser professor, ser professora é um privilégio. É cuidar da humanização e da dignidade das pessoas. Vamos lutar por melhores salários, melhores condições de trabalho, bibliotecas, prédios mais bonitos e mais adequados. Mas, juntamente com isso, vamos assumir nossa missão pedagógica, vamos investir no nosso ambiente de trabalho, vamos transformar nossas escolas em espaços de aprendizagem, de formação continuada, aprendendo, dentro da escola, as novas exigências da nossa profissão.

REFERÊNCIAS

- BEILLEROT, J. *A sociedad pedagógica*. Porto: Rés, 1995.
- COLOM CAÑELLAS, A. J. La educación como comunicación. In: CASTILLEJO, J. L. et al. *Teoría de la educación*. Madrid: Taurus Universitária, 1994.
- ESTRELA, A. C. *Pedagogia ou ciência da educação?* Porto: Porto, 1992.
- GIROUX, H. A. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. In: SILVA, T. T. (Org.). *Teoria Educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- LERNER, I. Y.; SKATKIN, M. N. Tareas y contenido de la enseñanza general y politécnica. In: DANILOV, M. A.; SKATKIN, M. N. *Didáctica de la escuela media*. Habana: Pueblo y Educación, 1984.
- LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.
- LIBÂNEO, J. C. Congressos, encontros, seminários de educação: espaços de desenvolvimento profissional ou mercado de entusiasmo? *Revista de Educação da AEC*, Ano 27, n. 109, out./dez. 1998.
- LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora?* – novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.
- LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 68.
- PIMENTA, S. G. Para uma re-significação da Didática: ciências da educação, pedagogia e didática, uma revisão conceitual, uma síntese provisória. In: PIMENTA, S. G. (Org.). *Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cortez, 1997.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes e identidade da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SCHIMIED-KOWARZIK, W. *Pedagogia Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1983.